

A (DES)UTILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: PERCEPÇÃO DOS MICROS E PEQUENOS EMPRESÁRIOS

Angélica Marques Cardoso
Alessandra Vieira Cunha Marques
Cassius Klay Silva Santos

RESUMO:

Esse estudo busca a percepção dos micros e pequenos empresários sobre a (des)utilidade das Demonstrações Contábeis. A presente pesquisa preenche uma lacuna ao demonstrar aos órgãos reguladores de contabilidade a opinião dos empresários sobre a imposição do CPC ou utilidade das demonstrações contábeis. Para a coleta de dados utiliza-se o método de levantamento ou survey, por meio de um questionário estruturado. Os empresários objeto do estudo foram abordados diretamente e convidados a responderem o questionário, resultando em uma amostra final de 69 respostas. Nessa pesquisa conseguimos verificar que os micros e pequenos empresários não conhecem o CPC-PME. No entanto, quando perguntados sobre a importância das demonstrações para tomada de decisão, a utilização para qualquer fim ou para entender melhor a empresa, as demonstrações mais relevantes foram no geral a DRE, DFC e o BP, assim como grande parte deles dizem não conhecer e entender as demonstrações. O CPC usa alguns pontos como base para que passe a ter força legal, um deles é a aquisição de empréstimos, onde relatam que as MPEs enfrentam dificuldade para tal, mas nessa pesquisa pode-se observar que os gestores que tem dificuldade em pegar créditos não são muitos. Outro ponto apontado pelo CPC é quanto a participação das MPE em licitações e quanto menores as empresas elas não participam de licitações. No ponto de vista dos gestores as demonstrações não trarão benefícios consideráveis para as suas empresas. Sendo assim, em sua maior parte eles não estão dispostos a ter gastos para ter acesso às informações contidas nas demonstrações contábeis.

PALAVRAS CHAVE: Demonstrações contábeis; CPC; Micro e pequenas empresas; CPC-PME.

ABSTRACT:

This study seeks the perception of micro and small entrepreneurs about the (un)utility of Accounting Statements. This research fills a gap by demonstrating to accounting regulatory bodies the opinion of entrepreneurs on the imposition of the CPC or the usefulness of accounting statements. For data collection, the survey or survey method is used, through a structured questionnaire. The businessmen object of the study were approached directly and invited to answer the questionnaire, resulting in a final sample of 69 responses. In this research, we were able to verify that micro and small entrepreneurs do not know about the CPC-PME. However, when asked about the importance of statements for decision-making, use for any purpose or to better understand the company, the most relevant statements were in general the DRE, DFC and BP, as well as most of them say they do not know and understand the demonstrations. The CPC uses some points as a basis for it to have legal force, one of them is the acquisition of loans, where they report that MSEs face difficulties to do so, but in this research, it can be observed that managers who have difficulty in taking out loans do not are many. Another point pointed out by the CPC is the participation of MSEs in bids and the smaller the companies they do not participate in bids. From the point of view of managers, demonstrations will not bring considerable benefits to their companies. Therefore, for the most

part, they are not willing to spend money to access the information contained in the financial statements.

KEYWORDS: Financial statements; CPC; Micro and small companies; CPC-SME.

1 – INTRODUÇÃO

No Brasil, as PME representam 92,48% das organizações em funcionamento (SEBRAE, 2020). Segundo relatório do Sebrae (2017) no ano de 2015 as MPES tiveram uma participação importante na geração de empregos, ou seja, 54% dos vínculos empregatícios do setor privado foram gerados por essas empresas (SEBRAE; DIEESE, 2017). Nas cidades menores essa importância é ainda maior, em Monte Carmelo (MG), elas empregam 82,57% da população ativa (SEBRAE-MG, 2018)

Essa importância é ratificada em cenários de crises (como a causada pelo Corona Vírus), em que as PME criaram 443.000 empregos no terceiro trimestre de 2020, quantidade essa superior as das empresas maiores que geraram 245.000 novas vagas (EXAME., 2020).

Essas pequenas empresas vêm se destacando no setor econômico nacional (LOPES, 2016). Mas, estudos mostram que os gestores desses empreendimentos tomam decisões baseando apenas em suas intuições e em experiências vividas, deixando de utilizar as técnicas e ferramentas administrativas (BACIC et al, 2011). Uma justificativa para isso, é que os empresários e gestores não sabem interpretar as informações contábeis (SILVA E MARION, 2013; FERRONATO, 2011) e colocam uma barreira na solicitação de uma contabilidade gerencial alegando encargos elevados (MARRIOTT; MARRIOTT, 2000)

Os estudos (YOON, 2007; CHEN et al., 2010) chamam atenção para a importância das demonstrações financeiras, pois elas devem representar a real situação econômica da empresa. Sendo assim, com o intuito de aumentar a qualidade dos relatórios contábeis dessas pequenas empresas, o Comitê de Pronunciamento de Contábeis (CPC) aprovou o CPC-PME que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2010, mas sua utilização ainda não é obrigatória (HAN et al., 2019). Essa norma faz parte do trabalho de globalização das normas contábeis emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Committee*) (SEGURA et al., 2014). Cujos objetivos são a harmonização das normas contábeis de vários países (BORZAGA et al., 2014), facilitando as tomadas de decisões a nível global.

Até a edição do CPC PME, os contadores dessas empresas brasileiras que trabalhavam apenas com o cumprimento das obrigações tributárias com o fisco, passariam a trabalhar com registro das transações econômicas na contabilidade das firmas envolvidas (FARIA; SILVA,

2014). Isso significa que com a aprovação das normas será necessário investimento em treinamento dos profissionais contábeis, alterações em suas contabilidades, mudanças em demonstrações anteriores, ou seja, atualização dos sistemas de informações, (HERMAN, 2010), um custo que poderá ser repassado para os empresários.

Ao contrário das grandes empresas que adotam as IFRS para atender à necessidade de informações financeiras do mercado acionário, as PME's não tem interesse nesse mercado (NOBES; PERRAMON, 2013). E isso pode desmotivar esses pequenos negócios a adotarem essa norma contábil (NOBES; PERRAMON, 2013). Visto que, isso poderia representar apenas custos, já que a maioria dos gestores não utilizam as informações contábeis (LIMA; CHACON; SILVA, 2004).

Estudos anteriores apontam que as demonstrações financeiras resultantes da aplicação do CPC PME podem ou não ser compreendidas pelos gestores: Ribeiro, Freire e Barella (2013) argumentam que a demonstração dos fluxos de caixa (DFC) são importantes para o maior controle financeiro das PME's. Em concordância os autores Oliveira, Altoé e Suave (2020), ressaltam a importância do Balanço Patrimonial (BP), da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) visto a participação no fornecimento de dados para os usuários externos e os administradores, e consideram a situação preocupante ao concluir que os gestores não compreendem os demonstrativos contábeis.

Dada a representatividade dessas pequenas empresas, onde em Minas Gerais as PME's correspondem a 99,59% das empresas e em Monte Carmelo esse número é ainda maior correspondendo a 99,75% das organizações Sebrae (2018) esse estudo tem como objetivo identificar a percepção dos gestores das micro e pequenas empresas quanto a (des)utilidade das demonstrações contábeis elaboradas de acordo com o CPC-PME. Para tanto procedeu-se à aplicação de um questionário estruturado junto a 75 gestores de pequenos negócios da cidade de Monte Carmelo/MG.

Em sua grande parte, as PME não adotam o CPC PME uma vez que os contadores responsáveis pela contabilidade delas não aplicam de fato a referida norma (SILVA; MARQUES; SANTOS, 2019). A presente pesquisa preenche uma lacuna ao demonstrar aos órgãos reguladores de contabilidade, aos bancos, aos contadores, ao governo e a sociedade a opinião dos empresários sobre a imposição legal do CPC PME. E contribui com pesquisas existentes para que o CPC-PME passe a ter força legal ou não, conseqüentemente contribuindo para a decisão sobre a harmonização das normas contábeis.

2 – REFERENCIAL TEÓRICO

2.1- Pequenas e Médias Empresas e Normas técnicas do CPC- PME:

As PMEs são responsáveis por grande parte da geração e empregos e renda no Brasil e devido a isso vem se destacando economicamente (LOPES et. al., 2016). Porém seus gestores não costumam utilizar as ferramentas de gestão, tais como as demonstrações contábeis em suas tomadas de decisões pois preferem levar em conta suas experiências e intuições (BACIC et al., 2011) que pode acarretar decisões equivocadas e a falência dessas empresas (SEBRAE-SP, 2010 SANTA; LAFFIN, 2012)

O Pronunciamento Técnico das PME (2011) nos itens 1.2 e 1.3, seção 1 abarca a caracterização dessas empresas tidas como relevantes para a economia brasileira. São consideradas empresas de pequeno e médio porte as organizações que a lei ainda não obriga a publicação de demonstrações financeiras (empresas de ações fechadas). Ou seja, uma organização com utilidade pública e/ou que atue na Bolsa de Valores, não pode usar o pronunciamento, mesmo sendo uma PME, essas empresas devem usar o conjunto completo (todos os outros Pronunciamentos Técnicos do CPC). Exclui-se também do escopo do CPC-PME as firmas que tenham ativos maiores que 240 milhões ou faturamento anual acima de 300 milhões (CPC - PME, 2011).

O argumento central do IASB para a implantação de uma norma contábil específica para PMEs é a produção de informações sobre a área financeira da empresa que auxiliem aos usuários nas suas tomadas de decisões (CPC PME, 2011). Além disso, podem auxiliar nos controles internos na organização, pois essas informações mostram os resultados obtidos pelos administradores (CPC - PME, 2011). Apesar dos gestores estarem cientes da importância dessas demonstrações e do CPC PME, eles apresentam um conhecimento bem defasado sobre o assunto (SEGURA et al., 2014).

O intuito da adoção do CPC-PME é tornar a informações financeiras comparáveis em todos os países e conseqüentemente facilitar a alocação eficiente de capital em todo o mundo. (FARIA; SILVA, 2014; TRAZZI; MARTINS, 2018) Os autores Riva e Salotti (2015), apontam que a adoção do CPC resulta em ganho de transparência e a qualidade de informações contábeis.

Caso o CPC PME se torne obrigatório por meio de Lei essas pequenas empresas que anteriormente não tinham a obrigatoriedade de fazer elaboração e publicação de suas demonstrações financeiras, passariam elaborar e publicar seguintes demonstrativos: BP, DRE, DFC, Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido (DMPL), Demonstração do resultado abrangente (DRA), Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados (DLPA) e Notas explicativas. (CPC-PME, 2011).

Verifica-se no Quadro 1, o objetivo de cada demonstração contábil abarcada pelo CPC-PME.

Quadro 1: Demonstração contábil e seu objetivo:

Demonstração Contábil	Objetivo da demonstração
Balanço Patrimonial ao final do período. (BP)	Tem objetivo de demonstrar o patrimônio da entidade, sendo, ativos, passivos e patrimônio líquido em determinado período de tempo. (CPC - PME, 2011)
Demonstração do Resultado do período de divulgação (DRE)	Para Iudicibus e Marion (2004 p. 194) “A Demonstração do Resultado do Exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período. É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo)”.
Demonstração do Resultado Abrangente do período de divulgação (DRA)	Tem que iniciar com o resultado do período, seguido da demonstração do resultado, e evidenciar os seguintes itens: (a) itens de outros resultados abrangentes, (b) cada item do resultado abrangente (c) resultado abrangente total. (CPC - PME, 2011)
demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de divulgação (DMPL)	A DMPL “apresenta o resultado da entidade para um período contábil, itens de receita e despesa reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no período, os efeitos das mudanças de práticas contábeis e correções de erros reconhecidos no período, os valores de aportados pelos proprietários e dividendos e outras distribuições para os proprietários durante o período” (CPC - PME, 2011)
Demonstração dos Fluxos de Caixa para o período de divulgação. (DFC)	Conforme descrito no CPC PME (2011) tem o objetivo de cumprir com as obrigações de curto prazo, são operações de alta liquidez.
Notas Explicativas	Traz informação mais detalhadas e informações adicionais junto as demonstrações (balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados - se apresentada -, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração dos fluxos de caixa) (CPC - PME, 2011).
Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados (DLPA)	Apresenta o resultado da entidade e as alterações nos lucros ou prejuízos acumulados para um período de divulgação (CPC - PME, 2011).

Fonte: elaborado pela autora com base em informações do CPC-PME.

Apesar dos objetivos do IASB com a edição do CPC-PME, ressalta-se que existem vários portes de negócios com capital fechado, ou seja, empresas que se enquadrariam no escopo dessa norma. Ou seja, uma empresa A com faturamento de 200 milhões anuais aplicaria as mesmas regras contábeis de uma empresa B com receita anual de 80 mil. No Brasil, dentre as micro e pequenas empresas existem empresas com diferentes tamanhos, o Sebrae (2013) classificou essas organizações quanto ao porte, levando em conta o número de pessoas ocupadas. Separando o setor de serviços do setor de Indústria. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (2016) também classifica as empresas quanto ao seu porte, diferente do Sebrae (que utiliza o número de pessoas), faz a classificação de acordo com a Receita Operacional Bruta e não separa em setores.

O Quadro 2 foi elaborado de acordo com dados fornecidos pelo Sebrae e o BNDES:

Quadro2: Empreendimentos por porte

Porte	Setores	
	Indústria	Comércio de serviços

Microempresa	Até 19 pessoas ocupadas ou renda anual menor ou igual a 360 mil.	Até 9 pessoas ocupadas ou renda anual menor ou igual a 360 mil.
Pequena empresa	De 20 a 99 pessoas ocupadas ou renda anual maior que 360 mil e menor ou igual a 4,8 milhões.	De 10 a 49 pessoas ocupadas ou renda anual maior que 360 mil e menor ou igual a 4,8 milhões.
Média Empresa	De 100 a 499 pessoas ocupadas ou renda anual maior que 4,8 milhões e menor ou igual a 300 milhões.	De 50 a 99 pessoas ocupadas ou renda anual maior que 4,8 milhões e menor ou igual a 300 milhões.
Grande empresa	500 pessoas ocupadas ou mais, ou renda anual maior que 300 milhões	100 pessoas ocupadas ou mais, ou renda anual maior que 300 milhões

Fonte: elaborado pela autora com base em dados fornecidos pelo Sebrae e o BNDS

A despeito dos inúmeros benefícios apontados às empresas com a aplicação do CPC-PME, a sua adoção apresenta desafios diante dessa diversidade de tamanhos e tipos de negócios. As demonstrações contábeis são importantes para o gerenciamento das empresas. A DFC é útil no controle financeiro das PMES (RIBEIRO; FREIRE, BARELLA, 2013) e a DRE e BP são importantes nas tomadas de decisões, conforme apontam 70,21% dos contadores de Monte Carmelo/MG(SILVA; MARQUES; SANTOS, 2019).

O IBRACOM (2005), fala sobre sua utilidade, diz que as demonstrações contábeis têm finalidade de mostrar os resultados obtidos pela administração das organizações. E também disponibilizar informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, utilizados para a tomada de decisões das mesmas.

2.2 – Pontos positivos e negativos encontradas para a aplicação do CPC PME:

A contabilidade fornece uma variedade de informações para que se possa ajudar nas tomadas de decisões (STROEHER; FREITAS, 2008; ERNESTO CAMPOS et al., 2020). Mas a grande maioria dos pequenos empresários utilizam a contabilidade apenas para cumprir as obrigações fiscais (STROEHER; FREITAS, 2008; BACIC et al, 2011; AMORIM; SILVA, 2012; OLIVEIRA; ALTOÉ; SUAVE, 2020), isso se dá, pois, boa parte dos empresários e os gestores não sabem interpretar as informações contábeis (LIMA; CHACON; SILVA, 2004; SILVA; MARION, 2013; FERRONATO, 2011). Essa limitação gerencial, segundo Santa e Laffin (2012) é um dos maiores motivos para as PME não conseguirem ter uma vida longa.

Outro obstáculo ao CPC-PME, segundo Bohusova e Bohusova (2012) está no fato dos países desenvolvidos desaprovarem a aplicação do CPC - PME, com a justificativa de que os custos para as PME são maiores que os benefícios (BOHUSOVA; BLASKOVA, 2012). Em concordância, Santos (2013) argumenta que as organizações de pequeno porte não possuem estrutura para adotar e aprimorar os controles internos necessários a implementação do CPC-PME, e os custos para isso podem ser inviáveis para os pequenos negócios.

Vários autores de diversas localidades discorreram sobre as vantagens e desvantagens na validação do CPC PME (COSTA; PINTO; SANTOS, 2015; BORZAGA et al., 2014; SANTOS, 2013). Dentre os benefícios esperados estão: a comparabilidade, credibilidade, utilidade e transparência, ou seja, demonstrações contábeis de maior qualidade (COSTA; PINTO; SANTOS, 2015) também concordam que o CPC PME. Isso pode levar as PME a darem preferência em utilizar recursos financeiros internos ao invés recorrer a empréstimos ou financiamentos bancário (RIVA; SALOTTI, 2015).

Demonstrações contábeis elaboradas de acordo com o CPC-PME trazem as empresas maior facilidade na obtenção de créditos junto aos bancos, pois essas firmas terão melhor visibilidade no mercado, atraindo mais investimentos (MARTINS; CUNHA; GARCIA, 2013), mas essas pequenas empresas não possuem uma contabilidade visando os usuários externos (IFSMEs, 2009). Isso pode levar as PME a darem preferência em utilizar recursos financeiros internos ao invés recorrer a empréstimos ou financiamentos bancário (RIVA; SALOTTI, 2015).

Uma controvérsia apontada por Riva e Salotti (2015) refere-se ao “...grau de evidenciação de informação contábil e custos de captação bancária, contrariando um dos argumentos em que o IASB se apoiou...” para a implantação do CPC PME. Portanto, a adoção do CPC PME não deve ser mais uma obrigação imposta pelos órgãos reguladores a esses pequenos negócios, sendo os gestores os mais indicados para decidir sobre o custo benefício da obediência da referida norma (RIVA; SALOTTI, 2015).

3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada de acordo com o objetivo é a descritiva, conforme descreve Beuren et al (2004) tem caráter descritivo, as pesquisas que analisam e descrevem problemas de pesquisa na área contábil. E para Gil (1989 p. 45) é também “...aquelas que tem por objetivo estudar as características de um grupo...”, no caso a opinião do grupo de empresários que gerem as PME. Para coleta de dados foi utilizado o método de levantamento ou survey, nesse caso faz-se contato direto com o grupo de pessoas estudadas, questionando sobre o que se deseja conhecer (GIL, 1989), um tipo de estudo importante na área contábil por trazer informações que podem ser utilizadas posteriormente por outros estudos (BEUREN et al., 2004). A coleta de dados e análise de dados foi abordada de forma qualitativa por fazer uma análise profunda em relação ao tema que está sendo abordado (BEUREN et al., 2004).

Aplicou-se questionários aos pequenos empresários de uma cidade do interior de Minas Gerais. O questionário foi construído abordando os principais problemas apontados por

pesquisas já existentes, a favor e contra a adoção do CPC-PME a fim de identificar qual percepção dos micros e pequenos empresários, em relação às demonstrações contábeis e sua utilidade.

Antes da aplicação o questionário passou pela aprovação do CEP (Comitê de Ética e Pesquisa) da Unifucamp. Após essa aprovação foi feito um pré-teste com 7 professores e 01 aluno da Unifucamp, onde eles responderam as questões pensando como um gestor de micro e pequena empresa.

O questionário foi aplicado em novembro de 2021, de forma online, sendo enviado para 317 empresas através de e-mail, WhatsApp e chamadas telefônicas, onde 75 responderam através do Google Forms, e desses 75, 6 foram desconsideradas por não se enquadrarem na pesquisa. Sendo assim 69 respostas foram classificadas para análise. O conteúdo do questionário tinha 21 perguntas sendo 05 para caracterização da empresa e 16 relacionadas as demonstrações e ao CPC-PME.

As informações foram organizadas primeiramente fazendo-se uma caracterização das empresas e após elas foram separadas pela quantidade de funcionários que é um dos critérios utilizados para a classificação das MPE e posteriormente observamos qual a relação entre os dados e quais respostas eles trazem.

4- APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADO

Primeiramente procedeu-se a uma análise descritiva das empresas participantes por meio do quadro 3.

Quadro 3 – Caracterização das empresas participantes

Caracterização da empresa:		
1- Qual o regime de tributação da sua empresa?		
	Quantidade	%
Simples Nacional	66	88
Lucro Real	7	9,3
Lucro Presumido	2	2,7
Total	75	100
2 - Ramo de atuação:		
	Quantidade	%
Serviços	40	53,3
Indústria	6	8
Comércio	29	38,7
Total	75	100
3 - A quanto tempo sua empresa está operando no mercado?		
	Quantidade	%
Menos de 1 ano	3	4

De 1 a 2 anos	9	12
De 2 a 3 anos	5	6,7
De 3 a 4 anos	7	9,3
De 4 a 5 anos	6	8
Mais de 5 anos	45	60
Total	75	100
4 - Quantidade de funcionários (com e sem carteira assinada)		
	Quantidade	%
até 9 colaboradores	45	60
de 10 a 19 colaboradores	14	18,6
de 20 a 49 colaboradores	9	12
de 50 a 99 colaboradores	3	4
de 100 a 499 colaboradores	2	2,7
mais de 500 pessoas	2	2,7
Total	75	100,0
5 - Em média a receita anual da empresa é:		
	Quantidade	%
menor ou igual a 360 mil	41	54,7
maior que 360 mil e menor ou igual a 4,8 milhões	27	36
maior que 4,8 milhões e menor ou igual a 300 milhões	5	6,6
maior que 300 milhões	2	2,7
Total	75	100,0

Observa-se no quadro 3, que a maior parte das empresas da amostra são optantes pelo Simples Nacional (88%) com receitas menores ou iguais a 360 mil (54,7%). Em relação ao ramo de atuação, 53,3% dos respondentes são dos ramos de serviço e 38,7% do comércio. Ainda de acordo com o quadro 3, 60% das empresas participantes da pesquisa estão em atuação no mercado a mais de 5 anos. A maioria das firmas (60%) tem até 09 funcionários (com ou sem carteira assinada).

Quadro 4 – Indicação de conhecimento sobre o CPC PME e valor dos serviços contábeis por Microempresas

Perguntas	Até 19 colaboradores				De 20 a 49 colaboradores			
	Serviços		Comércio		Serviços		Comércio	
1 - Nível de conhecimento sobre o CPC-PME (maior o número maior conhecimento)	N	%	N	%	N	%	N	%
1	20	62,50	12	57,14	4	66,67	2	100,00
2	4	12,50	3	14,29	0	0	0	0
3	4	12,50	2	9,52	1	16,67	0	0
4	1	3,13	1	4,76	1	16,67	0	0
5	3	9,38	3	14,29	0	0	0	0
Total	32	100,00	21	100,00	6	100,00	2	100,00
2 - Como vê e utiliza do serviço prestado pelo seu contador?	N	%	N	%	N	%	N	%
Como uma pessoa de confiança que está sempre presente nas tomadas de decisão da empresa	19	59,38	11	52,38	2	33,33	2	100,00
Como um gasto com burocracia	1	3,13	3	14,29	2	33,33	0	0
Como um profissional necessário apenas para o cumprimento das obrigações fiscais	12	37,50	7	33,33	2	33,33	0	0
Total	32	100,00	21	100,00	6	100,00	2	100,00

3 - Obtenção de créditos bancários (maior o número maior dificuldade na aquisição)	N	%	N	%	N	%	N	%
1	9	28,13	6	28,57	1	16,67	2	100,00
2	6	18,75	7	33,33	2	33,33	0	0
3	8	25,00	5	23,81	2	33,33	0	0
4	4	12,50	1	4,76	0	0	0	0
5	5	15,63	2	9,52	1	16,67	0	0
Total	32	100,00	21	100	6	100,00	2	100,00

No quadro 4 nas empresas com até 19 funcionários a maior parte da amostra de pesquisa não conhece o CPC-PME (no setor de serviço 62,50% e comércio 57,14% não conhecem). E mesmo com esse pouco conhecimento do CPC, na cidade de Monte Carmelo os contadores são vistos como “uma pessoa de confiança que está sempre presente nas tomadas de decisão da empresa”, estes que antes eram vistos como um profissional necessário apenas para o cumprimento das obrigações fiscais (FARIA; SILVA, 2014).

Martins, Cunha e Garcia (2013) discorre que o CPC PME traz maior facilidade na obtenção de créditos, pois essas empresas terão melhor visibilidade no mercado, mas de acordo com o quadro 4, nas empresas com até 19 colaboradores, são poucos (no setor de serviços 15,63% e no setor de comércio 9,52%) os empresários que tem grandes dificuldade na aquisição desses empréstimos.

Como podemos observar no quadro 4 foi tratado dos gestores com 20 a 49 colaboradores, quase todos os entrevistados também não têm conhecimento do CPC, no ramo de comércio são 100% e no de serviços 66,67%. Em relação ao serviço prestado pelo contador, as respostas ficaram divididas no setor de serviços, todas as 3 opções disponíveis (“Como uma pessoa de confiança que está sempre presente nas tomadas de decisão da empresa”, “Como um gasto com burocracia”, “Como um profissional necessário apenas para o cumprimento das obrigações fiscais”) ficaram com 33,33% dos votos, já no setor de comércio 100% dos entrevistados afirmam que o contador é um pessoa de confiança que está sempre presente nas tomadas de decisão da empresa.

Na questão 3 quanto a dificuldade na aquisição de créditos, para os empresários de 20 a 49 funcionários, pode ser observado que para essas empresas 50% dos participantes consideram a dificuldade para obtenção de créditos é pouca ou nenhuma, porém houve um aumento na porcentagem das pessoas que marcaram a opção 3 em relação as empresas com até 19 colaboradores. Nesse sentido Agostinho (2016) fala que com as auditorias, pode-se verificar uma melhora na aquisição de créditos. Talvez essa possa ser uma solução para essas empresas.

Quadro 5– Frequência no uso dos tipos de demonstrações contábeis em Microempresas

Perguntas	Até 19 colaboradores				De 20 a 49 colaboradores			
	Serviços		Comércio		Serviços		Comércio	
	N	%	N	%	N	%	N	%
4 - Já utilizou o BP para algum fim?								
Uso frequentemente	5	15,63	1	4,76	1	16,67	0	0,00
Já utilizei algumas vezes.	9	28,13	8	38,10	1	16,67	1	50,00
Nunca utilizei, mas sabia de sua existência	8	25,00	4	19,05	2	33,33	0	0,00
Nunca utilizei e não sabia da existência	10	31,25	8	38,10	2	33,33	0	0,00
Não responderam	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	50,00
Total	32	100,00	21	100,00	6	100,00	2	100,00
5 - Já utilizou o DRE para algum fim?								
Uso frequentemente	6	18,75	3	14,29	1	16,67	0	0,00
Já utilizei algumas vezes.	10	31,25	6	28,57	3	50	1	50,00
Nunca utilizei, mas sabia de sua existência	6	18,75	6	28,57	1	16,67	1	50,00
Nunca utilizei e não sabia da existência	10	31,25	6	28,57	1	16,67	0	0,00
Total	32	100,00	21	100,00	6	100,00	2	100,00
6 - Já utilizou o DMPL para algum fim?								
Uso frequentemente	1	3,13	1	4,76	1	16,67	0	0,00
Já utilizei algumas vezes.	9	28,13	5	23,81	1	16,67	0	0,00
Nunca utilizei, mas sabia de sua existência	6	18,75	4	19,05	1	16,67	1	50,00
Nunca utilizei e não sabia da existência	16	50,00	11	52,38	3	50,00	1	50,00
Total	32	100,00	21	100,00	6	100,00	2	100,00
7 - Já utilizou o DRA para algum fim								
Uso frequentemente	1	3,13	0	0,00	1	16,67	0	0,00
Já utilizei algumas vezes.	5	15,63	6	28,57	1	16,67	0	0,00
Nunca utilizei, mas sabia de sua existência	8	25,00	5	23,81	1	16,67	1	50,00
Nunca utilizei e não sabia da existência	18	56,25	10	47,62	3	50,00	1	50,00
Total	32	100,00	21	100,00	6	100,00	2	100,00
8 - Já utilizou o DFC para algum fim								
Uso frequentemente	5	15,63	2	9,52	1	16,67	0	0,00
Já utilizei algumas vezes.	8	25,00	6	28,57	2	33,33	0	0,00
Nunca utilizei, mas sabia de sua existência	6	18,75	5	23,81	1	16,67	1	50,00
Nunca utilizei e não sabia da existência	13	40,63	8	38,10	2	33,33	1	50,00
Total	32	100,00	21	100,00	6	100,00	2	100,00
9 - Já utilizou o DLPA para algum fim								
Uso frequentemente	1	3,13	1	4,76	1	16,67	0	0,00
Já utilizei algumas vezes.	6	18,75	4	19,05	0	0,00	0	0,00
Nunca utilizei, mas sabia de sua existência	10	31,25	8	38,10	1	16,67	1	50,00
Nunca utilizei e não sabia da existência	15	46,88	8	38,10	4	66,67	1	50,00
Total	32	100,00	21	100,00	6	100,00	2	100,00

De modo geral as demonstrações mais utilizadas pelos gestores das empresas com até 19 funcionários no setor de serviços, conforme descrito no quadro 5, foram o BP (43,75%), a DFC (40,63) e a DRE (50%), onde apenas a DRE chegou a ser utilizada pela metade dos participantes. Na área do comércio o BP (42,86%) e a DRE (42,86%) foram as que mostraram maior utilidade, porém nenhuma delas foi utilizada para algum fim por 50% dos gestores. As outras demonstrações mostraram ser pouco utilizadas pelos gestores e em muitos casos os gestores não conheciam.

Nas perguntas de 4 a 9, do quadro 5, para empreendedores de 20 a 49 colaboradores, foram perguntados se já utilizaram as demonstrações que passariam a ter que ser elaboradas nas conformidades do CPC para algum fim. Desse modo podemos afirmar que na área de serviços a DFC (50%) e a DRE (66,67%) foram as mais utilizadas, todas as duas sendo utilizadas por mais da metade dos participantes. Já no setor de comércio as mais bem colocadas foram DRE e o BP ambos com 50%. Sendo assim, Oliveira, Altoé e Suave (2020), falam sobre a importância do Balanço Patrimonial, DRE e DFC visto a participação no fornecimento de dados para os usuários externos e os administradores

Quadro 6 – Percepção de utilidade das demonstrações contábeis para tomada de decisão em Microempresas

Perguntas	Até 19 colaboradores				De 20 a 49 colaboradores			
	Serviços		Comércio		Serviços		Comércio	
10 - Quais das demonstrações considera útil para tomada de decisão na sua empresa?	N	%	N	%	N	%	N	%
BP	12	15,38	5	12,82	4	28,57	1	25,00
DRE	16	20,51	10	25,64	3	21,43	1	25,00
DRA	9	11,54	3	7,69	1	7,14	0	0,00
DMPL	7	8,97	2	5,13	1	7,14	0	0,00
DFC	16	20,51	7	17,95	2	14,29	1	25,00
DLPA	11	14,10	6	15,38	1	7,14	0	0,00
Nenhuma delas são necessárias para tomada de decisão, uso apenas relatórios gerenciais	7	8,97	6	15,38	2	14,29	1	25,00
Total	78	100,00	39	100,00	14	100,00	4	100,00
11 - Se está disposto a ter algum gasto a mais para adquirir as informações das demonstrações contábeis.	N	%	N	%	N	%	N	%
Não tenho interesse nas informações dessas demonstrações contábeis.	10	31,25	4	19,05	1	16,67	1	50,00
Não, apesar de entender essas demonstrações eu não tenho interesse em utiliza-las	5	15,63	3	14,29	0	0,00	0	0,00
Não, porque eu não entendo essas informações e já tenho outras formas de controlar as finanças da minha empresa	5	15,63	6	28,57	3	50,00	1	50,00
Sim, estou disposto a pagar a mais pelas informações dessas demonstrações.	12	37,50	8	38,10	2	33,33	0	0,00
Total	32	100,00	21	100,00	6	100,00	2	100,00
12- Quais das demonstrações conhece?	N	%	N	%	N	%	N	%
BP	17	22,37	12	26,67	5	35,71	1	25,00
DRE	12	15,79	11	24,44	4	28,57	1	25,00
DRA	6	7,89	2	4,44	1	7,14	0	0,00
DMPL	5	6,58	3	6,67	0	0,00	0	0,00
DFC	16	21,05	8	17,78	2	14,29	1	25,00
DLPA	9	11,84	3	6,67	1	7,14	0	0,00
Nenhuma	11	14,47	6	13,33	1	7,14	1	25,00
Total	76	100,00	45	100,00	14	100,00	4	100,00
13 - Quais das demonstrações já utilizou para conhecer melhor sua empresa	N	%	N	%	N	%	N	%
BP	11	20,75	7	20,59	3	30,00	1	25,00
DRE	9	16,98	9	26,47	4	40,00	1	25,00
DRA	2	3,77	1	2,94	0	0,00	0	0,00

DMPL	0	0,00	1	2,94	0	0,00	0	0,00
DFC	13	24,53	7	20,59	1	10,00	1	25,00
DLPA	4	7,55	1	2,94	1	10,00	0	0,00
Entendo todas perfeitamente	2	3,77	1	2,94	0	0,00	0	0,00
Não consigo compreendê-las	12	22,64	7	20,59	1	10,00	1	25,00
Total	53	100,00	34	100,00	10	100,00	4	100,00
14 - Qual o nível de benefício financeiro que as demonstrações podem trazer a empresa (maior o número maior certeza do benefício).	N	%	N	%	N	%	N	%
1	10	31,25	4	19,05	1	25,00	0	0,00
2	5	15,63	4	19,05	0	0,00	1	50,00
3	9	28,13	9	42,86	2	50,00	0	0,00
4	2	6,25	0	0,00	0	0,00	0	0,00
5	6	18,75	4	19,05	1	25,00	1	50,00
Total	32	100,00	21	100,00	4	100,00	2	100,00
15 - Quais demonstrações já utilizou em processos licitatórios?	N	%	N	%	N	%	N	%
BP	5	13,16	0	0,00	3	42,86	0	0,00
DRE	5	13,16	0	0,00	1	14,29	0	0,00
DRA	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
DMPL	1	2,63	0	0,00	0	0,00	0	0,00
DFC	1	2,63	0	0,00	0	0,00	0	0,00
DLPA	0	0,00	1	4,76	0	0,00	0	0,00
Já participei de licitações, porém não foi necessária nenhuma demonstração contábil	10	26,32	3	14,29	1	14,29	2	100,00
Não participei de licitações	16	42,11	17	80,95	2	28,57	0	0,00
Total	38	100,00	21	100,00	7	100,00	2	100,00
16 - Quando fez empréstimos em instituição financeira, foi exigida alguma demonstração contábil? Quais?	N	%	N	%	N	%	N	%
BP	5	13,16	9	34,62	2	33,33	0	0,00
DRE	7	18,42	3	11,54	0	0,00	0	0,00
DRA	1	2,63	0	0,00	0	0,00	0	0,00
DMPL	1	2,63	0	0,00	0	0,00	0	0,00
DFC	3	7,89	3	11,54	1	16,67	0	0,00
DLPA	3	7,89	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Não realizei empréstimos em instituições financeiras	12	31,58	6	23,08	2	33,33	1	50,00
Obtive benefício de crédito e não foi necessária nenhuma demonstração	6	15,79	5	19,23	1	16,67	1	50,00
Total	38	100,00	26	100,00	6	100,00	2	100,00

No quadro 6, nas questões de número 10,12,13,15 e 16 os participantes poderiam escolher mais de uma opção para marcar, de acordo com sua realidade.

Como pode-se verificar na questão 10, do quadro 6, na parte destinada a empresas com as demonstrações consideradas mais úteis para tomada de decisão no setor de serviços e comércio foram a DRE e a DFC. Ao serem perguntados se conhecem as demonstrações na questão 12 eles relatam que para a área de serviços as mais conhecidas são o BP (22,37%) e a DFC (21,05%), para o comércio o BP e a DRE têm 26,67% e 24,44% respectivamente. Quando questionados qual das demonstrações eles já utilizaram para conhecer melhor suas empresas o

BP (20,75%), a DFC (24,53%) e “não consigo compreendê-las” (22,54%) foram as mais citadas, o que confirma, informações prestadas por outros autores, que os empresários e gestores não sabem interpretar as informações contábeis (LIMA; CHACON; SILVA, 2004; SILVA; MARION, 2013; FERRONATO, 2011). E esse pode ser um dos motivos para que eles considerem que o benefício financeiro que podem obter com essas demonstrações são poucos ou nenhum (serviços 75% e comércio 71,43% - para esse resultado foram somados os gestores que marcaram a opção 1 e 2), como pode ser observado na questão 14. Dessa forma, eles não estão dispostos a fazer investimentos (caso necessite) para adquirir as informações contidas nessas demonstrações (serviços 62,50% e comércio 61,90%), conforme a questão número 11, no setor de serviços eles dizem apenas não ter interesse (31,25%) e no comércio 28,57% afirmam não ter interesse por não as compreender e já ter outras formas de controlar suas finanças. Sendo assim, isso poderia representar apenas custos (LIMA; CHACON; SILVA, 2004).

Ainda no quadro 6 na questão número 15 a amostra diz que a maior parte das empresas de até 19 funcionários não participam de processos licitatórios (serviços 42,11% e comércio 80,95%), e na maioria das vezes quando participam não é exigido nenhuma demonstração. Isso poderia melhorar com a obrigatoriedade de se manter algumas demonstrações conforme a lei das licitações nº. 8.666/1993, isso facilitaria para que essas empresas tendessem a participar dos processos licitatórios, uma vez que já estariam com as demonstrações prontas.

Ao contrário do relatado por Riva e Salotti (2015) onde diz que os empresários preferem utilizar os recursos financeiros internos ao invés recorrer a empréstimos ou financiamentos bancário, na questão 16 apenas, para as organizações com até 19 colaboradores, 31,58% no setor de serviços e 23,08% no setor de comércio, não realizaram empréstimos bancários. Para 15,79% não foi obrigatório o uso das demonstrações na área de serviços. Dentre os gestores da área de serviços que fizeram empréstimos e utilizaram demonstrações estão como as mais solicitadas o BP (13,16%) e a DRE (18,42%). No comércio, 19,23% realizaram a operação sem a exigência de nenhuma demonstração e a demonstração mais solicitada foi o BP (34,62%).

Na pergunta 10 do quadro 9, eles responderam quais das demonstrações em sua concepção são mais úteis para as tomadas de decisão, no setor de serviços as mais citadas fora BP (28,57%) e DRE (21,43%). No comércio o BP e a DRE também estão dentro das mais importantes e foi acrescentada a DFC, todas com 25%, a opção “nenhuma delas são necessárias para tomada de decisão, uso apenas relatórios gerenciais” e também por 25% dos gestores. Na questão 12 a pergunta aos gestores foi quais das demonstrações eles conhecem, e novamente as demonstrações mais citadas foram o BP, a DRE e a DFC, onde no setor de serviços as mais

conhecidas são o BP (33,21%) e a DRE (28,57%) no setor de comércio temos o BP, DRE, DFC e “nenhuma” todas com concordância de 25% dos gestores. Quando interrogados sobre quais demonstrações já utilizaram para conhecer melhor sua empresa, na área de serviço as vistas com mais utilidade foram o BP (30%) e a DRE (40%). Já para o comércio a utilidade está dividida entre BP, DRE, DFC e “não consigo compreendê-las” todas as alternativas com 25%.

Os gestores das empresas com 20 a 49 funcionários do setor de serviços avaliam que as demonstrações podem trazer alguns benefícios, numa escala de 1 a 5, 50% consideram 3 o benefício que pode ser promovido (questão 14). Para os gestores atuantes nos ramos de comércio a resposta ficou dividida onde 50% deles acreditam que terá pouco benefício (marcando a opção 2) e os outros 50% acreditam que terá muitos benefícios. Porém não estão dispostos a dispostos a aumentar seus gastos para adquirir as informações contidas nessas demonstrações (questão 11). No setor de serviços 66,67% e no de comércio 100% dos participantes optantes pelo “não”, onde a opção “Não, porque eu não entendo essas informações e já tenho outras formas de controlar as finanças da minha empresa”, foi a mais acionada com 50% no setor de serviços e de comércio.

Ainda sobre o quadro 6, para as com 20 a 49 colaboradores, com foco sobre as licitações, pede-se as demonstrações já utilizou em processos licitatório, para o setor de serviços o mais solicitado foi o BP (42,86%) seguida de “não participei de licitações” que somou 28,57%. De outro modo, no comércio 100% dos participantes afirmam ter participado de licitações e não ter exigência de nenhuma demonstração, afirmando mais uma vez sobre não haver a necessidade de utilizá-las.

Dentre essas empresas (com 20 a 49 colaboradores), no setor de serviços 33,33% não participaram de licitações e quando as demonstrações foram solicitadas o BP (33,33%) foi o mais usado. Quanto ao setor de comércio não foi solicitada nenhuma demonstração apenas duas alternativas tiveram aceitação, “não realizei empréstimos em instituições financeiras” e “obtive benefício de crédito e não foi necessária nenhuma demonstração”, ambas com 50%.

5- CONCLUSÃO

Nessa pesquisa conseguimos verificar que os micros e pequenos empresários não conhecem o CPC-PME. Portanto, quando perguntados sobre a importância das demonstrações para tomada de decisão, a utilização para qualquer fim ou para entender melhor a empresa, as demonstrações mais relevantes foram no geral a DRE, DFC e o BP, assim como grande parte deles dizem não conhecer e entender as demonstrações.

O CPC usa alguns pontos como base para que passe a ter força legal, um deles é a aquisição de empréstimos, onde relatam que as MPEs enfrentam dificuldade para tal, mas nessa pesquisa pode-se observar que os gestores que tem dificuldade em pegar créditos não são muitos e que a maioria dos empresários classificaram sua dificuldade em baixa e média. A elaboração das demonstrações em muitos dos casos não se mostra necessária, uma vez que grande parte dos gestores conseguem acesso ao crédito sem ser necessário apresenta-las.

Outro ponto apontado pelo CPC é quanto a participação das MPE de licitações, aqui podemos observar que quanto menores as empresas elas não participam de licitações e que muitas das vezes participam quando não é exigido as demonstrações para participar. Dessa forma, se essas empresas já estivessem com os relatórios elaborados isso poderia incentivar para que elas participem das licitações.

Mas no ponto de vista dos gestores as demonstrações não trarão benefícios consideráveis para as suas empresas. Sendo assim, em sua maior parte não estão dispostos a ter gastos para ter acesso às informações contidas nas demonstrações contábeis.

Esse trabalho tem informações importantes para os bancos, o governo, os contadores, e principalmente para os órgãos reguladores de contabilidade, pois ele mostra qual é a visão dos gestores quanto a essas mudanças propostas a eles.

Sugere-se que para pesquisas futuras, inclua o setor de indústria que não foi trabalhado aqui. E que se faça um comparativo entre as empresas optantes pelo MEI (Micro Empreendedor Individual) e as PME, observando se elas apresentam comportamentos diferentes.

REFERÊNCIAS:

AGOSTINHO, F. A presença do Auditor nas PME. 2016.

AMORIM, D. S.; SILVA, A. C. R. Gestão estratégica da informação contábil: um enfoque no gerenciamento de micro e pequenas empresas. **Revista de Informação Contábil**, p. 39–65, 2012.

BACIC, M. J. et al. **Manual de Técnicas e Práticas de Gestão Estratégica de Custos para Pequenas e Médias Empresas**. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/publicacoes/manuais_pmes/conteudo/m04.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

BEUREN, I. M. et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. São Paulo: [s.n.].

BNDES. **Porte de empresa**. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/porte-de-empresa>>. Acesso em: 21 nov. 2020.

BOHUSOVA, H.; BLASKOVA, V. In what ways are countries, which have already adopted IFRS for SMEs different. **Acta univ. agric. et silvic. Mendel. Brun**, n. 2, p. 37–44, 2012.

BORZAGA, C. et al. ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DAS MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) EM CONFORMIDADE COM O CPC PME – CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (R1). v. 2, n. 1, p. 1–22, 2014.

CHEN, H. et al. The role of accounting standards: evidence from the European Union. **Journal of International Financial Management & Accounting**, v. 21, n. 3, p. 1–57, 2010.

COSTA, P.; PINTO, L.; SANTOS, C. Custos e benefícios da adoção do CPC PME. **Revista da Micro e Pequena Empresa Faccamp**, v. 110, n. 9, p. 1–14, 2015.

CPC - PME. **Pronunciamento técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas**. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/CPC_PME.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2020.

ERNESTO CAMPOS, A. et al. CPC/PME EM EMPRESA DE PEQUENO PORTE: um estudo de caso sobre a análise da qualidade das informações prestadas nos relatórios financeiros CPC / SME IN A SMALL BUSINESS: a case study on the analysis of the quality of the information provided in the financia. **Ano XIV**, v. 23, n. 2016, 2020.

EXAME. **Micro e pequenas empresas contratam 443 mil pessoas no terceiro trimestre**. Disponível em: <<https://exame.com/pme/micro-e-pequenas-empresas-contratam-443-mil-pessoas-no-terceiro-trimestre/>>. Acesso em: 8 dez. 2020.

ARIA, C.; SILVA, D. A ADOÇÃO DO CPC PME – CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 1, n. 1, p. 91, 2014.

FERRONATO, A. J. **Gestão Contábil-Financeira de Micro e Pequenas Empresas – Sobrevivência e Sustentabilidade**. São Paulo: [s.n.].

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: [s.n.].

HAN, E. S. et al. Normas Brasileiras de Contabilidade e as Micro, Pequenas e Médias Empresas: uma Análise Comparativa. **Journal of Chemical Information and Modeling**, v.

53, n. 9, p. 1689–1699, 2019.

HERMAN, N. IFRS for SMEs: Not for Private American Companies. **The CPA Journal**, p. 11, 2010.

IBRACON. **Instituto dos Auditores Independentes do Brasil**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc27.htm>>. Acesso em: 17 out. 2020.

IUDICIBUS, S. DE; MARION, J. C. **Contabilidade comercial**. 6. ed. São Paulo - SPC: [s.n.].

KASSAI, S.; KASSAI, J. R.; NOSSA, V. Pequenas empresas – como é difícil levantar dinheiro. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Custos**, 2000.

LIMA, M. R. DOS S.; CHACON, M. J. M.; SILVA, M. C. DA. **Uma contribuição a importância do fluxo de informações contábeis no processo decisório das micro e pequenas empresas: uma pesquisa realizada na cidade de Recife no estado de Pernambuco**. III Conferência Internacional de Empreendedorismo Latino Americana. **Anais...2004**

LOPES, B. D. ET. AL. Desafio do profissional contábil na aplicação do CPC PME nas PME'S da cidade de Manhuaçu. **Congresso Virtual de Brasileiro de Administração**, 2016.

MARRIOTT, N.; MARRIOTT, P. Professional accountants and the development of a management accounting service for the small firm: Barriers and possibilities. **Management Accounting Research**, v. 11, n. 4, p. 475–492, 2000.

MARTINS, O. S.; CUNHA, A. S. L.; GARCIA, I. A. S. Um estudo perceptivo sobre a aplicação do CPC para pequenas e médias empresas no estado da Paraíba. **Registro Contábil - Ufal**, v. 4, n. 3, p. 19–38, 2013.

NOBES, C.; PERRAMON, J. Firm size and national profiles of ifrs policy choice. **Australian Accounting Review**, v. 23, n. 3, p. 208–215, 2013.

OLIVEIRA, C. M. DE; ALTOÉ, S. M. L.; SUAVE, R. A IMPORTÂNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NA TOMADA DE DECISÃO E GESTÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. n. 2014, p. 1–15, 2020.

RIBEIRO, A.; FREIRE, EDUARDO JOSÉ, BARELLA, L. A. A Informação Contábil como Instrumento de apoio às Micro e Pequenas: Percepção dos Gestores de Micro e Pequenas Empresas de Paranaíta, MT, quanto à utilização de informações da contabilidade no processo de tomada de decisão, no ano de 2012. 2013.

RIVA, E. D.; SALOTTI, B. M. Adoção do Padrão Contábil Internacional nas Pequenas e Médias Empresas e seus Efeitos na Concessão de Crédito. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 26, n. 69, p. 304–316, 2015.

S. YOON. ACCOUNTING QUALITY AND INTERNATIONAL ACCOUNTING CONVERGENCE. **Acit**, v. 67, n. 6, p. 14–21, 2007.

SALES, J. N. DE; SMITH, M. S. J. O papel da contabilidade gerencial nas PMEs: Um estudo nas empresas de calçados de Franca-SP. **VII Congresso del Instituto Internacional de Custos**, n. i, 2001.

SANTA, S. L. B.; LAFFIN, M. Benefícios para as Pequenas e Médias Empresas com as mudanças nas Normas Brasileiras de Contabilidade. **Revista de Contabilidade da UFBA - Salvador**, v. 6, n. 1, p. 20–32, 2012.

SANTOS, G. M. Critérios utilizados pelos escritórios contábeis na adoção inicial do pronunciamento CPC PME. 2013.

SEBRAE-MG. **Identidade Empresarial**. Disponível em: <<https://www.inteligencia-sebraemg.com.br/>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SEBRAE-SP. **Doze anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas**. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/PortalSebrae/UFs/SP/Anexos/mortalidade_12_anos.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

SEBRAE. **Total de empresas por porte**. Disponível em: <<https://datasebraeindicadores.sebrae.com.br/resources/sites/data-sebrae/data-sebrae.html#/Empresas>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SEBRAE; DIEESE. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/anuario/2017/anuarioDosTrabalhadoresPequenosNegocios.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2020.

SEGURA, L. C. et al. Os gestores das PMEs e os relatórios contábeis: uma pesquisa sobre o conhecimento dos gestores com vistas para a implantação do CPC para PME. **RBC: Revista Brasileira de Contabilidade**, v. 207, p. 88–101, 2014.

SILVA, D.; MARQUES, A.; SANTOS, C. **CPC PME: Adoção de fato ou direito? Um estudo das pequenas e médias empresas de Monte Carmelo - MG**. 2019

SILVA, A. C. R. DA; MARION, J. C. **Manual de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**. São Paulo: [s.n.].

STROEHER, A. M.; FREITAS, H. O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas. **Revista RAUSP-e**, v. 1, n. 1, p. 1–33, 2008.